

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O NOVO PNE: entre avanços e desafios

Anne Torrecilha¹

INTRODUÇÃO

A universidade, graças a uma abundância de desdobramentos históricos, políticos e sociais, encontrou-se em diversos momentos se reinventando em um processo contínuo de rupturas e novas constituições (SANTOS, et al., 2012). Como qualquer instituição, estruturadora de uma sociedade e igualmente estruturada por ela (BOURDIE, 1992), a universidade mudou seu jeito de ser de forma a comportar novos currículos, práticas e valores. Assim, ela permanece um dos pilares formativos da sociedade, “a universidade mantém hoje (...) um extraordinário conjunto de características identitárias sobre as quais é importante refletir” (SANTOS et al., 2012, p. 48).

Santos e Filho (2012), em seu trabalho, buscam entender esta instituição em suas diferentes facetas, visto como todas elas se articulam em um percurso histórico a fim de formar a universidade que se tem nos dias de hoje. Tendo isto em mente, os autores dão destaque principalmente à quarta missão da instituição, trazendo à tona os princípios de Inovação e Desenvolvimento Social como alicerces para um processo ainda recente no espaço universitário: a Internacionalização da Educação. Entretanto, antes de entender como a mesma se articula nas instituições de ensino superior, primeiro é necessário compreender os desdobramentos que a tornaram um dos aspectos mais cruciais da vida universitária.

Ao longo dos anos 1970, os países capitalistas do ocidente passaram a vivenciar uma crise econômica conhecida como o “fim dos anos de ouro”, Behring et al. declaram que “o que ocorreu em 1974-1975, na verdade, foi uma crise clássica de superprodução” (2016, p. 116). Diversas reestruturações do sistema capitalista se desdobraram ao longo desse período, com ênfase na expansão do Estado neoliberal. Justificando-se pela ineficiência das estratégias keynesianas na contenção da crise, os liberais pregaram pela autonomia do mercado financeiro a fim de otimizar o lucro e a eficiência de sua obtenção,

¹ Mestranda em Educação na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. E-mail para contato: annemtorre@gmail.com

“para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado social (...) é perniciosa para o desenvolvimento econômico” (BEHRING et al., 2016, p. 126).

Entre as táticas movimentadas pelos neoliberais, uma em especial afetou de maneira significativa a relação entre os países capitalistas, a chamada mundialização da economia. Sobre este fenômeno, pode-se dizer que é “uma reformulação das estratégias empresariais e dos países no âmbito do mercado mundial de mercadoria e capitais, que implica uma redivisão social e internacional do trabalho e uma relação centro/periferia diferenciados do período anterior” (BEHRING, 2016, p. 124). Assim, foi ao longo deste período que se delineou pela primeira vez um conceito concreto de globalização, inicialmente fomentado pelas necessidades econômicas da época.

Aliada às tendências econômicas e políticas mundiais, não tardaria até que a própria universidade se inserisse no cenário da globalização, criando assim estratégias de internacionalização, seja através do currículo, políticas internas, mobilidade de discentes e docentes, entre outras.

A internacionalização, fruto de um processo neoliberal fomentado pelos grandes países capitalistas, encontra-se em um impasse: seria ela uma ferramenta para expansão da sociedade do conhecimento, ou apenas mais um expoente da geopolítica do conhecimento? Afinal, como ressalta Akkari (2011), esse processo pode gerar “a promoção de culturas e valores dominantes em alguns países desenvolvidos e a aceleração do transplante cultural das regiões desenvolvidas para as regiões menos desenvolvidas” (p. 26). A problemática proposta pelo seguinte trabalho é: analisar criticamente a internacionalização, suas práticas, condutas e epistemologias como apresentadas no projeto de lei do Plano Nacional de Educação 2024-2034, a fim de entender como o documento entende este processo e busca promovê-lo.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo do projeto de lei do Plano Nacional de Educação 2024-2034, a Internacionalização é mencionada duas vezes, ambas como estratégias no objetivo 14 (referente a qualidade da graduação) e 15 (referente a pós-graduação).

Figura 1 - Estratégias do PNE em Ensino Superior

Estratégia 14.8.	Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.
Estratégia 15.9.	Aumentar a mobilidade regional, nacional e internacional de pós-graduandos, docentes e pesquisadores, com o objetivo de proporcionar a melhoria na formação dos pós-graduandos e na qualidade dos programas de pós-graduação, por meio do intercâmbio de conhecimentos e vivências.

Fonte: portal da Câmara dos Deputados

A temática da internacionalização constitui-se em numerosas facetas, visto como a mesma “é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento” (MOROSINI, 2006, p. 115). Não se pode falar em uma única estratégia de realização desse processo, sob o prisma que envolve uma pluralidade de fatores. Assim, embora o texto em análise vise fomentar um dos conceitos chaves da internacionalização, o processo de mobilidade acadêmica, esta determinação é ainda rasa em comparação com os numerosos fatores que compõem a temática. Para ilustrar ainda mais esta questão, Bartell (2003) aponta algumas das diferentes fases deste processo, por exemplo: número e magnitude de concessões de pesquisas internacionais; consultorias entre universidades estrangeiras; grau de imersão internacional nos currículos de ensino superior, entre outras.

Ademais, movimentar o processo de internacionalização, sem debates teóricos acerca das consequências nefastas desta medida, pode trazer malefícios para a educação superior brasileira. Como é apontado por Lima et al. (2011), a internacionalização da área pode ser fomentada pela mercantilização da educação, onde universidades com uma lógica bancária utilizam deste processo para ganhos econômicos em oposição ao desenvolvimento acadêmico e cultural. Além disso, os autores apontam para um fenômeno contemporâneo chamado de “fuga dos cérebros”, onde as nações capitalistas mais desenvolvidas, em especial os EUA e os países europeus, aproveitam-se da internacionalização para recrutar força de trabalho altamente especializada de países periféricos. Como é observado no novo PNE, o documento propõe a ampliação da mobilidade acadêmica, mas não há abertura para um debate acerca de seus princípios guiadores e a qualidade da oferta.

CONCLUSÕES

A internacionalização é um fenômeno recente no contexto universitário, com pouco menos de 50 anos de história, uma ascensão em um período econômico conturbado, marcada pelas inclinações neoliberais com os países capitalistas mais desenvolvidos, essa é uma temática que ainda exige muitos debates e conceitualizações. Embora a tendência possa caracterizar uma nova etapa da construção do conhecimento, as consequências devem ser levadas em conta, pois como advertem Leal e Moraes sobre a identidade das universidades periféricas nesse contexto “na ausência de uma (auto)consciência coletiva que os situem como próprios centros de referência, subordinam-se à aquisição - material e ideológica - de modelos de internacionalização prontos, em que nada se ajustam às suas realidades” (2018, p. 14).

Com a análise da proposta do PNE 2024-2035, pode-se observar como o documento poupou esforços neste debate. A partir de duas estratégias de internacionalização, que movimentam apenas a mobilidade acadêmica entre diversas fases deste processo, o PNE falha em articular e propor métodos que prezem pela qualidade de uma educação globalizada, abrindo margens para a perpetuação da geopolítica do conhecimento podendo enfraquecer o ensino superior brasileiro.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais - transformações e desafios**. Petrópolis Vozes, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **POLÍTICA SOCIAL: fundamentos e história**. CORTEZ EDITORA - São Paulo SP, 2016.

BOURDIE, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Livraria Francis Alves Editora S.A., Rio de Janeiro – RJ, 3º edição, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei 2614/2024, de 26 de junho de 2024. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2443432&filename=PL%202614/2024 Acesso em 06 de outubro de 2024.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES. **INTRODUÇÃO A GLOBALIZAÇÃO**. Instituto Bento Jesus Caraça, Departamento de Formação da CGTP-IN, abril 2007.

LEAL, Fernanda Jeremias; MORAES, Mário César Barreto. Decolonialidade como Epistemologia para o Campo Teórico da Internacionalização da Educação Superior. **arquivos analíticos de políticas educativas** - volume 26 número 87 - 23 de julho de 2018.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fabio Betoli. Internacionalização da Educação Superior: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo; Alameda Casa Editorial, 2011.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, Editora UFPR, 2006.

SANTOS, Fernando Seabra; FILHO, Naomar de Almeira. **A QUARTA MISSÃO DA UNIVERSIDADE: Internacionalização Universitária na Sociedade do Conhecimento**. Editora Universidade de Brasília - Brasília, 2012.